

MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO INTERIOR DE MINAS GERAIS

Área Temática: Serviço Social

Noêmia de Fátima Silva Lopes¹, Ana Paula Cortes², Daniele Alves Segal², Ivani de Andrade², Janaina de Oliveira Silva², Jéssica da Silva Afonso², Leslie de Moraes², Lornídia da Silva Abreu², Verônica da Mata Huebra Rodrigues².

¹Mestre em Economia Doméstica pela UFV, Graduada em Serviço Social. Professora e Coordenadora do Curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (FACIG).

² Graduandas do 6º Período do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (FACIG).

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar de que forma o Projeto Ético Político do Serviço Social tem sido materializado por assistentes sociais na região do município de Manhuaçu, MG. A prática do Serviço Social é uma atividade laboral exercida por profissional habilitado, capaz de trabalhar o conjunto de expressões das desigualdades sociais geradas na sociedade capitalista. Os instrumentos de trabalho do Serviço Social estão diretamente associados à formação teórica, técnico-operacional e ético-política. Sua finalidade social está voltada para a intervenção na perspectiva de democratização, autonomia dos sujeitos, acesso aos direitos, e à clareza do projeto ético-político - fundamental para o fortalecimento desta categoria profissional e da classe trabalhadora. Este estudo de caráter exploratório utilizou-se da pesquisa qualitativa fundamentada no método crítico dialético de Marx. Foram entrevistados profissionais do município de Manhuaçu e suas cidades limítrofes. Pode-se perceber que o Projeto Ético Político se depara com fatores que dificultam sua materialização diante de condições precárias de trabalho. Esta realidade reclama por mudanças e organização coletiva do profissional de Serviço Social.

Palavras chave: Serviço Social, Trabalho e Projeto Ético Político

ABSTRACT

The aim of this study was to examine how the Project Ethical Political of Social Work has been materialized by social workers in the region of Manhuaçu city, MG. The practice of social work is a labor activity exercised by a qualified professional able to work all the expressions of social inequalities generated in capitalist society. The working tools of Social Work are directly associated with the theoretical, technical, operational and ethical-political. Its purpose is focused on social intervention from the perspective of democratization, autonomy of subjects, access rights, and clarity of the ethical-political, fundamental to the strengthening of this professional category and the working class. This exploratory study used qualitative research is grounded in Marx's dialectical critical method. There were interviewed professionals of Manhuaçu city and its neighboring cities. It was possible to conclude that the Project Ethical Political faced with factors that hamper its materialization facing poor working conditions. This reality is pressing for changes and collective organization of professional Social Work.

Keywords: Social Work, Project Work and Political Ethics

1. INTRODUÇÃO

A vida contemporânea é detentora de um cenário construído para a manutenção da ordem burguesa. A acumulação do capital, que não prima pela garantia mínima dos direitos sociais da população, reforça um projeto societário que se opõe totalmente ao defendido e consolidado no Projeto Ético Político do Serviço Social.

Por isso, a real consolidação do Projeto Ético-Político é relevante enquanto contribuição para o Serviço Social, tendo em vista a desfavorável conjuntura para a sua implementação, fazendo com que o reconhecimento profissional deste seja não apenas institucional, mas representativo de uma prática interventiva que atenda aos anseios das organizações políticas da categoria e da classe trabalhadora.

Esta pesquisa foi resultado de questionamentos e inquietações que surgiram entre os alunos no decorrer do processo de desenvolvimento da disciplina de Ética em Serviço Social na Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu/MG – FACIG em 2012. Observaram-se inúmeros desafios enfrentados pela categoria e fatores que dificultaram o exercício profissional e a efetivação do projeto ético político. Desta forma, é possível apresentar a questão-problema eleita para a pesquisa: as condições de trabalho do Serviço Social têm permitido a materialização do projeto ético político pelos profissionais em Manhuaçu e região?

Nesse cenário, este estudo objetivou analisar de que forma o Projeto Ético Político do Serviço Social vem sendo materializado pelos(as) Assistentes Sociais no município de Manhuaçu e região. Foram entrevistados 37 (trinta e sete) profissionais de Manhuaçu e cidades limítrofes, e a pesquisa envolveu profissionais Assistentes Sociais dos municípios de Manhuaçu, Manhumirim, Matipó, Santa Margarida, Simonésia, Alto Jequitibá, Abre Campo, Luisburgo, Caratinga, Caparaó, Alto Caparaó Mutum e Sericita.

2. O SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO PROFISSIONAL

Historicamente, o Serviço Social foi marcado pela tradição conservadora e vinculado aos princípios religiosos; era considerado como vocação, habilidade, ocupação, ofício (IAMAMOTO, 2003). Atualmente, é reconhecido como profissão, uma especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, de nível superior, e regulamentada no Brasil pela Lei nº. 8.662, de 7 de junho de 1993.

De acordo com Netto (1999, p. 102), o serviço social enquanto profissão, não dispõe de uma teoria própria, nem é uma ciência, isto não impede, entretanto, que seus profissionais realizem pesquisas, investigações etc. e produzam conhecimentos de natureza teórica. Assim o Serviço social vem se constituindo com a sociedade e suas próprias modificações, pois é através dessa lógica que ela vai se transformando.

Os processos históricos contribuíram para as transformações que se tem da profissão de Assistente Social e o significado social atribuído à profissão é resultado dos movimentos da categoria e do contato com a dinâmica e o desenvolvimento do conjunto da sociedade (IAMAMOTO, 2008).

A prática profissional no Serviço Social é considerada um trabalho, exercido por um/uma profissional que tem como objeto de trabalho a questão social¹. Os instrumentos

¹ Segundo Iamamoto a expressão “questão social” diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana o trabalho das condições necessárias à sua realização assim como de seus frutos (2001, p.10). Para Netto, inexistente qualquer “nova questão social” e sim “a emergência de novas expressões da ‘questão social’ que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser” (2001, p.48).

de trabalho estão ligados à formação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. A matéria prima, definidora da área onde se insere o objeto de trabalho profissional, encontra-se no âmbito da questão social e suas manifestações (Idem, 2003). Segundo o autor, não há um único e idêntico processo de trabalho para o Assistente Social, pois este trabalha em muitas áreas, e ocupa diferentes espaços sócio ocupacionais. No entanto, “é necessário descortinar as armadilhas da vida cotidiana, passo crucial e insubstituível para uma intervenção profissional crítica, propositiva e, portanto, não repetitiva” (Silva, 2007, p. 11).

Ultrapassar as fronteiras da aparência é fundamental para conhecer a realidade, e isto só se torna possível a partir da aproximação com a teoria social marxista. O trabalho do/a Assistente Social deve ser norteado por um plano de intervenção profissional, pois objetiva construir na sociedade estratégias coletivas para o enfrentamento das diferentes manifestações de desigualdades e injustiças sociais.

A sociedade atual gira em torno do capital uma vez que o desemprego e as más condições de vida estão presentes no contexto social e econômico. Consequentemente, o assistente social faz parte da classe dos trabalhadores que lutam por condições dignas de trabalho e pela efetivação de direitos sociais; no entanto, os profissionais do Serviço Social enfrentam, no cotidiano,

[...] o crescimento da demanda por serviços sociais, o aumento da seletividade no âmbito das políticas sociais, a diminuição dos recursos, dos salários, a imposição de critérios cada vez mais restritivos nas possibilidades da população ter acesso aos direitos sociais, materializados em serviços sociais públicos. (IAMAMOTO, 2003, p.18).

O Serviço Social é uma profissão cuja finalidade social está voltada para a intervenção nas diferentes manifestações da

questão social, como também possui o objetivo de fortalecer os processos de resistências dos sujeitos na perspectiva da democratização, autonomia dos sujeitos e do seu acesso a direitos, além da clareza do projeto ético político² que é fundamental para o fortalecimento da categoria e da luta de classe.

Contudo, a ética é indissociável do cotidiano vivenciado por esta classe, que tem profunda relação com a ética profissional e naturalmente com os projetos societários. De acordo com a afirmação de Netto (1999), os projetos societários são coletivos, apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos teóricos, institucionais e práticos para o seu exercício, além de que prescrevem normas e estabelecem balizas entre suas metas, propostas e realidade.

O projeto ético político propõe a construção de uma nova ordem societária fundamentada em valores. Isso significa a desconstrução da antiga ordem vigente do capital, o rompimento com o conservadorismo e comprometimento com uma ação transformadora, emancipatória. Foi pensado no contexto histórico de transição dos anos 70 e 80, de acordo com Bráz (1996), num processo de redemocratização da sociedade brasileira, que se recusou o conservadorismo profissional presente no Serviço Social brasileiro.

A dimensão política do projeto é claramente enunciada, segundo Netto (1999), por se posicionar a favor da equidade e da justiça social na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas. Programas sociais, ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postos como garantia dos direitos civis, políticos e sociais da classe trabalhadora.

² O projeto ético-político tem como seus pilares básicos o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais/Resolução CFESS n. 273/93 de 13 de março de 1993 (Conselho Federal de Serviço Social, 1993a), a Lei de Regulamentação da profissão/Lei n. 8.662/9, de 7 de junho de 1993 e as diretrizes curriculares do curso de Serviço Social. Este último pilar possui nortes básicos expressos nos documentos: Abepss, 1996; Diretrizes..., 1997.

Nesse sentido, Teixeira (2009) afirma que o projeto ético político se materializa em três dimensões: a produção de conhecimentos no interior do serviço social, as instâncias político-organizativas e a dimensão jurídico-política, constituída pela legislação que norteia a profissão. Bráz (1996) afirma que os projetos societários podem ser transformadores ou conservadores, pois representam os interesses das classes trabalhadoras subalternizadas; consecutivamente, dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos de sociedade da classe dominante.

O/A Assistente Social, enquanto profissional liberal tem, ao longo deste caminho percorrido, um vasto histórico de lutas pela garantia de direitos e pela efetivação do projeto ético político. A partir do momento que é chamado pelo estado a atender as demandas da classe trabalhadora, e, posteriormente, quando se entende enquanto classe, na contradição entre capital e trabalho, o serviço social está sujeito a transformações que esta cena enfrenta. Assim, o/a Assistente Social não está isento do sucateamento das relações de trabalho e tão pouco dos problemas gerados por esta relação.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos utilizados neste processo de investigação orientaram-se pelo método crítico dialético, por se entender que este é o método capaz de analisar os fenômenos sociais como contraditórios. Analisa-se a realidade em movimento, em constante mudança, e em frequente processo de interação de opostos, dados que constituem uma única realidade. Portanto, esse método leva em conta o contexto histórico e supera a visão parcial, indo além do que a realidade apresenta. A escolha por tal método se justifica a partir da necessidade de “situar e analisar os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinado por múltiplas causas na perspectiva de totalidade concreta: a sociedade burguesa” (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 38).

A pesquisa de caráter exploratório se fundamentou em Lakatos e Marconi que afirmam:

as pesquisas exploratórias são compreendidas como investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos (LAKATOS e MARCONI 2003, p.188).

No âmbito deste trabalho, foram apropriados elementos da pesquisa bibliográfica e de campo. Segundo Lakatos e Marconi (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada a partir do levantamento de bibliografias já publicadas, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita, com o objetivo de possibilitar aos pesquisadores o contato direto com todo o material escrito sobre assunto proposto. A caracterização da amostra e coleta de dados foi realizada através da técnica de questionário.

De acordo com Gil,

O Questionário é uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc (GIL, 1999.p.128).

Bertucci (2009) afirma que é ideal que o questionário seja aplicado em pelo menos um *pré-teste*, para que o pesquisador possa identificar os problemas e reelaborar o instrumento de coleta de dados. O pré-teste foi realizado com 5 assistentes sociais do município de Manhuaçu, e após realizados os ajustes, o questionário foi aplicado aos 45 profissionais que se dispuseram a participar da pesquisa.

A pesquisa foi realizada a partir de questionários estruturados com profissionais da área de Serviço Social. Foram tabulados

os dados de 37 questionários, num total de 45 profissionais listados, entre 19 de agosto e 29 de novembro de 2012, de Manhuaçu e cidades limítrofes. A realização da pesquisa com os profissionais de Serviço Social do Município ocorreu durante os meses de julho, agosto, setembro e outubro. Elegeram-se, enquanto *lôcus* da pesquisa, os espaços sócio ocupacionais do serviço social em 13 cidades da região.

Os critérios éticos adotados partem da fidedignidade aos autores e às fontes bibliográficas e documentais. Ainda como critério ético, a participação através dos questionários somente se concretizou após prévio consentimento expresso no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, que, além de conter permissão, também apresenta os objetivos da pesquisa e os direitos assegurados: anonimato no sentido de evitar que sua participação venha ocasionar prejuízo de qualquer natureza; conhecimento prévio de todas as informações relativas à pesquisa; direito de recusar e/ou retirar sua participação sem prejuízo ou ônus, em qualquer etapa do estudo.

A análise foi construída a partir da tabulação e sistematização dos dados obtidos através do levantamento bibliográfico e dos questionários. Acredita-se, portanto, que foi possível traçar o direcionamento do estudo através do seu principal objetivo, além de que os resultados poderão ser utilizados na análise da profissão na região e na construção de propostas que visem a interlocução e organização da categoria dos profissionais de Serviço Social em Manhuaçu e região.

Após a definição do problema, tornou-se necessário traçar um modelo conceitual e operativo da pesquisa. Para compreensão da proposição, foi necessário um planejamento da pesquisa envolvendo um estudo aprofundado sobre que diz respeito ao exercício profissional e aos seus desafios, com a finalidade de se obter respostas para as indagações de pesquisa.

4. RESULTADOS

Após analisar os questionários, constatou-se que predomina o número de profissionais do Serviço Social com idade de 36 a 40

anos. Foram entrevistados 37 profissionais e, deste universo, 10 responderam que possuem entre 36 a 40 anos, correspondendo a 27,02% dos entrevistados. Logo em seguida, tem-se 7 profissionais que declararam ter entre 20 a 25 anos, número que corresponde a 18,91%. Seis profissionais com idade entre 26 a 30 anos e mais 6 com idade entre 46 a 50 anos, ambos representam 16,21% dos Assistentes Sociais entrevistados. Com idades de 31 a 35 anos, constata-se a presença de 5 profissionais, e os outros 2 disseram que possuem entre 41 a 50 anos; apenas 1 profissional não revelou este dado. Tais números representam 13,51%, 5,4% e 2,7%, respectivamente.

Verificou-se que o número de profissionais representativos do sexo masculino no Serviço Social ainda é ínfimo. É possível afirmar que o número de assistentes sociais do sexo feminino excede, em grande proporção, o pequeno número de profissionais do sexo masculino. Dos entrevistados, 34 profissionais são do sexo feminino e somente 3 do sexo masculino, ou seja, estes números mostram que 91,89% são mulheres e apenas 8,1% são homens. Iamamoto (2011), em suas análises, afirma que o Serviço Social é uma profissão predominantemente feminina, quando alude que

no Serviço Social tem-se um contingente profissional, hoje proveniente de seguimentos médios pauperizados, com um nítido recorte de gênero uma categoria profissional predominantemente feminina, uma profissão tradicionalmente de mulheres e para mulheres. A condição feminina é um dos selos da identidade desse profissional, o que não implica desconhecer o contingente masculino de assistentes sociais, com representação nitidamente minoritária no conjunto da categoria profissional no país. (IAMAMOTO, 2011, P.108).

A maioria dos profissionais entrevistados trabalham na cidade de Manhuaçu/MG, demonstrando que é grande o número de profissionais que moram e trabalham na mesma cidade, sendo poucos os

entrevistados que residem em uma cidade e trabalham em outra.

No que diz respeito ao quadro de instituições onde os profissionais entrevistados se graduaram, constatou-se que 20 Assistentes Sociais concluíram sua graduação na Faculdade Integrada de Caratinga – FIC. Este número corresponde a 32,43% do total de entrevistados. A Universidade Norte do Paraná – UNOPAR – aparece em segundo lugar, pois observaram-se 10 profissionais que se formaram em tal, número que corresponde a 27,02%. Na Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu foram identificados 8 profissionais com graduação em Serviço Social, o que representa 21,6% dos entrevistados. Em seguida, aparece a Faculdade de Minas – FAMINAS. Nesta Faculdade, apenas 2 profissionais concluíram o curso. As universidades a seguir aparecem apenas uma vez: Universidade Federal de Juíz de Fora – UFJF, Universidade Gama Filho – UGF, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM e Uberlândia. Dos entrevistados, 22 profissionais possuem somente a graduação, o que corresponde a 59% do total de profissionais especializados, e 15 profissionais possuem especialização.

Como demonstrado na Figura 1, dos 37 profissionais entrevistados, 23 atuam há 5 anos na área, o que corresponde a 62% dos profissionais, enquanto que cinco profissionais atuam há entre 6 e 10 anos, o que corresponde a 14%. Seis profissionais atuam há entre 11 e 15 anos, o que equivale a 16%; 2 tem de 16 a 20 anos de profissão, o que corresponde a 5%; 1 profissional atua no Serviço Social há mais de 20 anos, o que corresponde a 3% dos profissionais entrevistados.

Tempo de atuação na área de Serviço Social

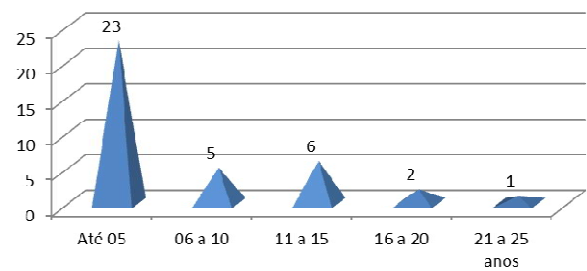


Figura 1. Tempo de atuação na área de serviço social. Fonte: Dados obtidos em tabulação de resultados da pesquisa pelos alunos pesquisadores da FACIG no ano de 2012.

A partir da análise, confirma-se que a profissão vem crescendo na região, uma vez que os dados apontam para a maioria dos profissionais com até cinco anos de atuação. São jovens na profissão, contudo, acredita-se que a organização do Sistema Único da Assistência Social seja um dos responsáveis por este crescimento, pois os municípios precisam do profissional para a sistematização da política de assistência. A maioria dos assistentes sociais atuam na área da assistência, mas outros novos espaços vem sendo ocupados por este profissional.

Entre os entrevistados, 67% atuam nas Prefeituras Municipais, enquanto 2 profissionais atuam no INSS, 2 na FUMAPH e 2 no Tribunal de Justiça, que correspondem, respectivamente, a 5 %, 5% e 5%. Na pesquisa, as seguintes instituições empregam apenas 1 profissional: Plano Social Familiar em Vida, Hospital Cesar Leite, Unimed Vertente do Caparaó, Unidade Prisional de Manhuaçu, Renalclin e UNSP – Sindicatos. Estas correspondem a 3% do total do universo de entrevistados.

Iamamoto (2008) sinaliza que dentre as organizações institucionais que imediatizam o exercício profissional, cabe ao Estado uma posição de destaque, por ser tradicionalmente um dos maiores empregadores do assistente social no Brasil. Ao considerar-se o Estado, é necessário acentuar sua importância decisiva na reprodução das relações sociais, na sua condição de legislador das forças repressivas.

Mesmo que o Estado seja o maior empregador do serviço social, grande parte desses profissionais não são concursados e o contrato temporário é uma realidade. A pesquisa aponta que 40% dos profissionais possuem contrato temporário. Em regimes estatutários ou celetistas.

Nestes espaços sócio ocupacionais do serviço social, a área que mais absorve o profissional é a assistência, sendo que 15 profissionais atuam na Assistência Social, o que corresponde a 42% dos profissionais entrevistados, seguidos pelos profissionais que atuam na Saúde (14%). As demais áreas tem apenas um profissional em atuação: Recursos Humanos, Idoso, Criança e Adolescente, Família, Previdência, Cooperativismo, Jurídica, Direitos Humanos, Pessoas em Situação de Rua e Outros.

Nesta perspectiva, o assistente social é proprietário de sua força de trabalho especializada. Ela é produto da formação universitária que o capacita a realizar um

“trabalho complexo”, nos termos de Marx (1985). Para Yamamoto (2008), essa mercadoria ou força de trabalho é uma potência que só se transforma em atividade – em trabalho – quando aliada aos meios necessários à sua realização e atuação profissional.

A Figura 2 sinaliza que a maioria dos profissionais atua na execução, o que corresponde a 43% dos profissionais, seguido por 14% que atua no planejamento e execução. Quatro profissionais atuam na coordenação, representando 11%; 3 profissionais atuam na coordenação e execução e 3 profissionais não informaram o campo de atuação. Dois profissionais atuam na gestão e 2 no planejamento - cada um correspondendo, respectivamente, a 5% do universo total. Tem-se apenas 1 profissional na coordenação, gestão, planejamento e execução, (3% dos profissionais contactados).

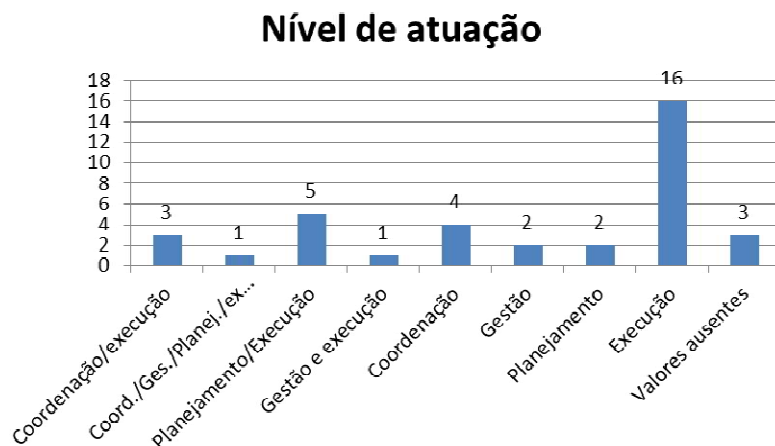


Figura 2. Nível de atuação do Serviço Social. Fonte: Dados obtidos em tabulação de resultados da pesquisa pelos alunos pesquisadores da FACIG no ano de 2012.

Diante desse quadro, é importante destacar que se a maioria dos profissionais se encontra na execução, há a necessidade de maior capacitação desses para a gestão e o planejamento, espaço onde o serviço social é requisitado. Os diferentes espaços ocupados pelo Serviço Social exigem, a cada

dia, maior qualificação e conhecimento da realidade para atender as demandas advindas do Estado e espaços privados, na coordenação, gestão, elaboração e execução de planos, programas e projeto sociais como aponta a Tabela 1.

Tabela 1. Cargo ocupado pelo profissional do Serviço Social. Fonte: Dados obtidos em tabulação de resultados da pesquisa pelos alunos pesquisadores da FACIG no ano de 2012.

Cargos	Número de profissionais
--------	-------------------------

Assistente social e coordenadora do serviço de atenção à saúde	1
Diretora regional de MG	1
Assistente social	19
Secretária municipal de assistência social	2
Coordenador do Pró jovem e assistente social	1
Assistente social e coordenador do núcleo de assistência à saúde	1
Assistente social judicial	1
Analista do seguro social	1
Técnico de referência	2
Gerente de Serviço Social	2
Técnico Judiciário	1
Assistente social e coordenadora do CRAS	1
Valores ausentes	2
Técnico em Serviço Social	2

As condições de trabalho são, na contemporaneidade, um grande desafio para o Serviço Social - discussão presente nas mesas de debates da área sobre o assunto. Os dados (Tabela 2) apontam para problemas estruturais, de ingerência, inversão de prioridade e problemas diversos relacionados a gestão principalmente nos espaços públicos.

Dentre os entrevistados, 14 profissionais citaram problemas relacionados ao transporte, o que corresponde a 22%, enquanto que 9 profissionais consideram a estrutura física inadequada ou insuficiente.

Seis profissionais consideram como fatores dificultadores a falta de recursos e equipamentos e a defasagem da equipe multidisciplinar. Oito profissionais (12%) apresentaram outras demandas e os demais destacaram problemas como falta de comunicação intersetorial. Além disso, na ausência de um gestor, o assistente social se responsabiliza por tudo; a inexistência de um plano de carreira, além de questões salariais, rigidez hierárquica e a falta de capacitação também foram citados. Cada um desses itens corresponde a 1% do total de entrevistados.

Tabela 2. Principais problemas relacionados às condições de trabalho. Fonte: Dados obtidos em tabulação de resultados da pesquisa pelos alunos pesquisadores da FACIG no ano de 2012.

Principais problemas relacionados às condições de trabalho	Número de respostas
Falta de recursos (financeiros e materiais)	6
Falta de equipamentos modernos	6
Dificuldade de transportes	14
Muita demanda/Acúmulo de atividades	5
Estrutura física inadequada/insuficiente	9
Falta de capacitação	1
Desconhecimento em relação ao Serviço Social	2
Rigidez hierárquica	1
Questões salariais	1
Defasagem na equipe multidisciplinar	6
Falta de comunicação intersetorial	1
Na ausência de um gestor, o Assistente se responsabiliza por tudo	1
Inexistência de um plano de cargos, carreira e salário	1

Outros	3
Valores ausentes	8

A capacidade do indivíduo está sendo suprimida pelo consumo excessivo do trabalho. Antunes (2004) relata que o trabalho gasta seus elementos, seu objeto e seu meio; os devora e é, portanto, o processo de consumo que extermina a magia contida na gênese do trabalho. O serviço social se submete a condições precárias de trabalho, desta forma, não consegue desenvolver o seu trabalho da forma como deveria, comprometendo o atendimento àquele/a usuário/a que necessita dos serviços, e, conseqüentemente, a ética profissional.

Ao serem questionados se as condições de trabalho permitem uma atuação com base no Código de Ética de 1993, 27 assistentes sociais afirmam que sim, 9 dizem que em partes e 1 não se manifestou, o que corresponde a um total, respectivamente, de 73%, 24% e 3%. As falas dos profissionais em destaque demonstram esta realidade:

“sim, mesmo diante das limitações e da autonomia relativa, permanece o respaldo do Código de Ética para a atuação profissional.” (Profissional 1 entrevistado em 2012).

“em partes, devido ao cunho assistencialista vinculado a assistência desde longo período, a desvinculação do sistema associada a emancipação do cidadão requer uma ação a médio e longo prazo.” (Profissional 2 entrevistado em 2012).

“em partes, digo em partes, porque no cotidiano busco basear minha atuação nos princípios previstos no Código de Ética profissional, mas a consecução destes princípios, esbarra nos limites impostos pela forma de estruturação e organização da sociedade e da intuição na qual o profissional e o usuário encontram-se inscritos.” (Profissional 3 entrevistado em 2012).

De acordo com Netto (1999), os projetos profissionais, inclusive o Projeto Ético Político

do Serviço Social, elegem os valores que o legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos de funções, formulam os requisitos teóricos institucionais e práticos para o exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais, estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços e com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas.

Portanto, a partir da análise dos dados apresentados na pesquisa, quando os profissionais afirmam que em partes permitem atuação do Código de Ética no exercício e na materialização da prática profissional, cabe uma reflexão, pois alguns profissionais não conseguem identificar elementos constitutivos do código e do Projeto Ético Político do Serviço Social em sua prática e os componentes que o materializam.

Consideram-se ainda como agravantes, as condições de trabalho, a questão salarial e a carga horária cumprida pelo Serviço Social. Na região, assim como em outras partes do Brasil, observam-se remunerações melhores, nas esferas federais, mas, a maioria dos profissionais não é bem remunerada. Cerca de metade dos entrevistados (54%) recebeu entre R\$1.051,00 e R\$2.100,00; 19% possuem um salário entre R\$ 2.100,00 e R\$3.150,00, 11% possuem um salário de mais de R\$3.150,00 e 5% desses profissionais fizeram opção por não se manifestarem.

Quanto à carga horária de trabalho, 43% dos profissionais trabalham 40 horas semanais; 11% mais de 40h semanais, 27% trabalham 30h semanais, em conformidade com a lei que regulamenta a profissão; 6 profissionais atuam 20h semanais e um profissional não se manifestou.

Isto é, bem mais que 50% dos profissionais não são beneficiados com a lei de 30 horas, evidenciando o não cumprimento da lei por grande parte dos empregadores. De acordo com a legislação, a duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais - Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010. Acrescenta

dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Art. 1º A Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, passa a vigorar acrescida do seguinte: Art. 5º-A. A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais.” Art. 2º Aos profissionais com contrato de trabalho em vigor na data de publicação desta Lei é garantida a adequação da jornada de trabalho, vedada a redução do salário. Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 26 de agosto de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

Contudo, identificou-se que o Serviço Social é considerado um instrumento auxiliar que subsidia, ao lado de outros serviços de grande eficácia, políticas de maior abrangência na concretização de requisitos básicos para a continuidade da organização social vigente. Portanto, é constante a necessidade desses profissionais no mercado; no entanto, de forma cada vez mais precarizada. Assim, o Serviço Social sofre com precarização das relações de trabalho, demonstrando que a categoria não está ilesa da flexibilização do mercado de trabalho. (ANTUNES, 1999, p.85).

O trabalhador assalariado é pressionado, cobrado e explorado cada vez mais. É preciso obter requisitos exigidos pelo sistema capitalista de flexibilidade e de competências diversificadas, para não se tornar mais uma estatística do “exército industrial de reserva” (NETTO, 2008, p. 132). No modo de produção capitalista, o trabalhador é obrigado a vender sua força de trabalho, pois é a única forma de prover os mínimos para si e para sua família.

Muitos trabalhadores precisam complementar sua renda com mais de uma jornada de trabalho, como os dados mostram a seguir. Ao serem questionados sobre qual é a motivação para um segundo vínculo profissional, 10 entrevistados (27%) afirmaram ser para complementação de renda.

Diante dessa face da realidade e do acúmulo de atividades, observa-se que a saúde é afetada com a precarização das

condições de trabalho. Esta estratégia do capital coloca em risco a efetivação do projeto ético político, pois é um fato que interfere nas “escolhas” dos profissionais entre o trabalho comprometido com um projeto profissional e com a submissão das condições deste trabalho pela própria sobrevivência.

A maioria dos profissionais (84%) responderam que as relações de trabalho repercutem diretamente em sua saúde, enquanto 13% afirmam que a atividade trabalhista não impacta na saúde. Apenas 1 profissional não se manifestou. Destacaram-se algumas falas da pesquisa:

“sim principalmente na saúde emocional, pois lidamos diretamente com as expressões da questão social através do programa de acompanhamento de crônicos algumas vezes lidamos com a questão do trabalho paleativo, em que há uma carga emocional muito grande” (Profissional 1 entrevistado em 2012).

“Sim, há desgaste emocional cotidianamente. Sinto-me forçada a preservar as prerrogativas do Código de Ética profissional e isso exige esforço mental e até físico” (Profissional 2 entrevistado em 2012).

“Sim, stress do dia-a-dia reflete principalmente na vida familiar” (Profissional 3 entrevistado em 2012).

Além da interferência na saúde, a influência do trabalho na vida social, pessoal e familiar é um dado que merece atenção. Vinte e dois profissionais entrevistados afirmam que o trabalho tem uma interferência significativa na vida social, pessoal e familiar, enquanto que 12 afirmam que não fizeram este tipo de avaliação e 3 responderam que não.

O trabalho, segundo Netto (1999), era uma finalidade central do ser social, e converteu-se em meio de subsistência. O trabalho tornou-se um meio de realização humana e não mais uma necessidade para socialização. Na sua ação e na sua atuação, o ser social sempre encontra alternativas e sempre pode escolher. (NETTO, 2008, p. 99)

“A escolha entre alternativas concretas configura o exercício da liberdade: o ser social é um ser capaz de liberdade, pensar, conhecer, projetar, objetivar-se, escolher, único que dispõe de sociabilização”.

Mas, se a vida humana se resumisse exclusivamente ao trabalho, seria a efetivação de um esforço penoso, aprisionando o ser social em uma única de suas múltiplas dimensões. Se a vida humana necessita do trabalho humano e de seu potencial emancipador, ela deve recusar o trabalho que aliena e infelicitiza o ser social. (ANTUNES, 2007, p. 86).

Este trabalhador que se perde no cotidiano do trabalho está constantemente envolvido no processo de alienação que o sistema capitalista reforça a cada dia. Com isso, não consegue se organizar de forma coletiva para o enfrentamento da realidade social. Muitos profissionais estão ligados aos movimentos religiosos, sendo que apenas 3 profissionais participam de movimentos da categoria. Os profissionais que não participam, afirmam ser por falta de tempo 19% do percentual de profissionais, 8% por falta de oportunidade, e 73% dos profissionais.

A partir da observação dos resultados constata-se que há pouca expressão dos assistentes sociais entrevistados nos movimentos sociais, pois, a maioria se apresenta apenas como filiados e não participantes ativos das ações de determinados grupos sociais, o que reflete de modo decisivo na construção e aprovação das leis, no reconhecimento dos direitos, na legislação social e na consciência de classe.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o Projeto Ético Político depara-se com fatores que dificultam sua materialização diante de condições precárias de trabalho. Esta realidade urge por mudanças e organização coletiva do profissional de Serviço Social. As condições de trabalho precarizadas, os reflexos da reestruturação produtiva no sistema capitalista transpõem um peso significativo sobre o exercício profissional: a carga horária, a ausência de condições de trabalho, as correlações de forças, entre outros, os quais têm modificado a forma de trabalho

deste profissional. Por outro lado, o serviço social tem encontrado alternativas de sobrevivência, embora não suficientes diante da desarticulação da categoria - uma realidade que carece ser repensada.

No que tange a organização de classe, a profissão tem desafios a serem enfrentados, mas isso só poderá ser realizado de forma coletiva, pois a categoria, assim como toda sociedade, se encontra diante de uma estrutura que oprime e impõe, com todas as forças, o seu projeto societário que defende os interesses de uma minoria.

Na contramão, encontra-se em construção o projeto ético político: expressão das contradições que particularizam uma profissão e que seus princípios e valores por escolhas historicamente definidas pelo Serviço Social brasileiro, condicionadas por determinantes históricos e concretos, colidem com os pilares fundamentais que sustentam a ordem do capital. (TEIXEIRA; BRAZ, 2009)

Os princípios fundamentais do código de ética têm em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central, a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Assim, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999, p. 104 - 105).

A análise da questão social representa uma realidade que se materializa na vida dos sujeitos. A aproximação dos/as assistentes sociais com os usuários é uma das condições que permitem impulsionar ações inovadoras no sentido de reconhecer e atender às reais necessidades dos segmentos subalternos.

O/A Assistente Social pode dispor de um discurso de compromisso ético-político com a população, mas se não realizar uma análise das condições concretas vai reeditar programas e projetos alheios às necessidades dos usuários. A capacitação permanente, a formação continuada e a organização coletiva possibilitam ao profissional romper com a prática rotineira, acrítica, a-histórica, a-política e burocrática, e ao buscar, a partir da investigação da

realidade a que estão submetidos os usuários e sua própria categoria profissional, a reorganização da sua atuação, tendo em vista as condições dignas de trabalho, os referenciais teóricos e políticos hegemônicos, previstos em legislações específicas e defendidos no projeto ético político da profissão.

Neste quadro, torna-se fundamental o fortalecimento desse projeto profissional no cotidiano do trabalho do/a Assistente Social, contrapondo-se à difusão dos valores liberais que geram desesperança, conformismo e encobrem a apreensão da dimensão coletiva das situações sociais presentes na vida dos indivíduos e grupos.

Em suma, para atender as requisições feitas pelo mercado de trabalho é preciso entender que na profissão é importante investir em aperfeiçoamento e organização coletiva, pois, só assim o profissional estará apto a trabalhar com as novas situações postas no cotidiano, para legitimar a prática profissional e preservar os espaços de atuação sem perder de vista o projeto ético político.

Diante deste cenário, no sentido da continuação deste debate, algumas inquietações ainda merecem um novo debruçar. A consideração do Assistente Social como um intelectual subalterno situa, necessariamente, a reflexão de seu papel profissional numa dimensão eminentemente política, estando em jogo o sentido social da atividade desse agente. Colocam-se, de frente, algumas indagações: a quem vem efetivamente servindo esse profissional? Que interesses reproduz? Como se fortalecer coletivamente? Quais as possibilidades de estar a serviço da construção do projeto ético político e da construção de uma nova ordem societária?

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez / Unicamp, 2007.

_____. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Ed. Bontempo, 1999, 3a ed.

_____. **A Dialética do Trabalho:** escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. **Política Social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.

BERTUCCI, J.L.O. **Metodologia Básica para elaboração de TCC de pós-graduação Lato Sensu.** Atlas, 2009, 1º Ed - 2 reimpr.

BRÁZ, M. Notas sobre o projeto ético-político. In: **Assistente Social: Ética e Direitos.** Rio de Janeiro: CRESS, 1996, 3. ed. (rev. E ampl.)

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a Assistente Social.** Lei 8662/93 de Regulamentação da Profissão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011, 9. Ed. rev. e atual.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo, Atlas, 1999, 5º Ed.

IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico metodológica. São Paulo: Cortez, 2011, 35 ed.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS.** Atribuições privativas do (a) assistente social em questão. Brasília: CFESS, 2003. p. 13-50.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008, 3 ed.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2003, 5. Ed.

NETO, José Paulo. **A construção do projeto ético - político do serviço social frente à crise contemporânea.** Capacitação em serviço social e política social, módulo 2: Crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília: CEAD, p. 93 – 110, 1999.

NETTO, J.P. **Capitalismo Monopolista e Serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992, 6 ed.

NETTO, J.P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999, Módulo 1.

NETTO, J.P. **Economia Política**: uma introdução Crítica. São Paulo, Cortez, 2008, 4ª Ed.

SILVA, J.F.S. da. **Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social**. Textos & Contextos, Porto Alegre, v.6, n.2, dez. 2007. Disponível em <<http://revista.seletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/View/File/2319/180>>. Acesso em ago. 2013.

TEIXEIRA, J.B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social: Direitos e competências profissionais. In. CFESS; ABEPSS (org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.